

*Contributos para a história da
alimentação na antiguidade*

Carmen Soares, Paula Barata Dias (coords.)

A PROPÓSITO DAS PROIBIÇÕES ALIMENTARES DO LEVÍTICO

LUÍS LAVRADOR

(Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra)

"O Senhor disse a Moisés e a Aarão: "Falai assim aos filhos de Israel: Eis aqui os animais que podereis comer, de entre todos os quadrúpedes, que vivem sobre a terra: podereis comer todo o animal que tem unha de pé dividida em dois cascos e que ruminam. Mas não comereis aqueles que só ruminam e não têm a unha dividida, ou só têm a unha dividida e não ruminam" (Lv 11,1-4)".

É deste modo *sui generis* que começa a apresentação da doutrina alimentar pelo autor do livro do *Levítico* acerca do que poderia ou não comer o povo de Israel. Mas, antes de entrarmos em alguns detalhes acerca da questão proibitiva do comer, especialmente no mundo judaico, importa conhecer o significado desse normal acto humano em articulação com o argumento contido no terceiro livro da Bíblia cristã – o *Levítico*. De acordo com os tradutores da Bíblia que seguimos neste artigo, estamos na presença de uma obra que faz também parte da Bíblia Hebraica e que se chama *Wayyiqra*, que quer dizer: "E Chamou". O nome pelo qual ainda hoje é conhecida deve-se à sua tradução do hebraico para o grego, realizada pelos *Setenta*. Uma tarefa que terá tido em linha de conta a importância da função litúrgica contida nesse livro e que era atribuída aos levitas. De acordo com o narrado no livro do Êxodo (Ex 1,2), Levi era um dos treze filhos de Jacob. E o Deuterónimo (Dt 10,8-9) dá-nos conta de que daquele filho surgiu a tribo de Levi, que se instalou na parte sul da Palestina e a qual foi escolhida para exercer as funções religiosas e sacerdotais.

Ao basearmo-nos no perfil da matéria contida no livro em apreço, somos levados a concluir que nos encontramos na presença de um povo sedentarizado, cujo culto supunha organização. A narrativa cultural, prodigamente desenvolvida do início ao fim, confirma que as matérias ali tratadas terão sido recolhidas, pelos sacerdotes de Jerusalém, após o Exílio (séc.VI a.C)¹, época, como se sabe, bastante conturbada na vida dos israelitas, os quais viam, no cumprimento da lei de Moisés, a tábua de salvação da sua identidade, como povo uno e puro.

Estudar os aspectos proibitivos codificados pelo *Levítico* revela-se uma tarefa árdua e complexa, que não nos circunscreve unicamente ao que vem inscrito nesta fonte sagrada, liga-nos também ao "princípio", àquele projecto de harmonia entre o cosmos e o homem, que tão bem narrado aparece no livro do Génesis. O mito da criação exalta esta cumplicidade fundamental,

¹ *Bíblia Sagrada* 2001: 164.

como forma de mostrar o recheio primordial em bens essenciais para alimentar os Homens. De acordo com o autor daquele livro, Deus proveu, em primeiro lugar, os ingredientes vegetais e, de seguida, colocou à disposição dos viventes, os peixes e os animais, para com os quais o Criador expressava palavras assertivas de confirmação da sua beleza, como aquelas que se podem ler no livro do Génesis: "E Deus viu que isto era bom" (Gn 1,20-25). Aí, na verdade, tudo surgia de uma forma sequencial e bem arrumada, não estivesse por de trás de tal maravilha a mão toda-poderosa do Senhor, como nos narram os Salmos:

"...Deste-lhe domínio sobre as obras das tuas mãos, tudo submeteste a seus pés: rebanhos e gado, sem exceção, e até mesmo os animais bravios; as aves do céu e os peixes do mar, tudo o que percorre os caminhos do oceano" (Sl 8,7-9).

Talvez por causa de tudo isto o salmista teve o ensejo de proferir ainda mais estas palavras:

"Das tuas altas moradas regas as montanhas; com a bênção da chuva sacias a terra. Fazes germinar a erva para o gado e as plantas úteis para o homem, para que da terra possa tirar o seu alimento: o vinho, que alegra o coração do homem, o azeite, que lhe faz brilhar o rosto, e o pão, que lhe robustece as forças" (Sl 104,13-15).

Mas, quando tudo parecia encaminhar-se para um convívio perfeito, eis que Adão e Eva comem do fruto da árvore do conhecimento, cuja substância lhes estava interdita. E, se tal pretensão fosse satisfeita, a sabedoria de Deus sairia abalroada, ficando Ele com a mesma autoridade que os seres por Si criados. No seguimento de tão insólito desejo, e sob mandato superior, dali em diante ficava sentenciada a vida das criaturas humanas:

"Comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de onde foste tirado..." (Gn3,19).

Embora possamos encarar esta determinação já como uma séria punição, a verdade, porém, é que a verdadeira pena viria depois. Segundo a matéria narrada no livro do *Génesis*, a cólera de Deus para com a primeira humanidade encontrou no dilúvio o seu real castigo (Gn 6). O Criador, que se havia arrependido do trabalho de edificação que instaurara, cansou-se da maldade dos Homens, ordenando o seu fim. O dilúvio constitui assim a metáfora da anti-criação. Contudo, uma nova oportunidade foi dada à humanidade. Afinal, a água que tudo havia dizimado assumiu-se depois como substância de pureza, símbolo de um homem novo, com Noé a protagonizar o recomeço.

Se a ligação ao relato das origens se torna providencial para explicar o *Levítico*, não o será menos em relação ao *Êxodo*. Isto porque Moisés bem sabia a doutrina primordial e o quanto, no seu entender, Jawé a apreciava. Ninguém como ele sabia mediar a relação que o seu povo desejava manter com o seu único Deus. E, como todas as realidades (temporais e intemporais) precisam de um rosto para lhes conferir autoridade, a figura de Moisés configurava tal entidade. Na linha narrativa dos livros sagrados, apercebemo-nos de que foi pela cabeça desse profeta que surgiu a cerrada codificação alimentar desenvolvida no livro do Levítico e também, um pouco mais suavemente, no *Deuteronómio*. Como observa Carreira das Neves, o que "é importante reparar é que o Levítico não fala de Deus do Sinai, mas do Deus que fala a Moisés da "tenda da reunião". Mas a fonte original de toda a legislação litúrgica ou não litúrgica nasce no Sinai, porque o Pentateuco enquanto Torah forma um só livro e o essencial consiste na aliança de Deus, no Sinai, com Moisés e o seu povo (Ex 19,24-34). Deus é apresentado como uma presença viva, dialogante, distinta de todos os deuses, e o seu povo como um povo "exclusivo" no meio dos povos pagãos"².

Para experienciar as delícias da santidade, o mesmo é dizer, atingir a plenitude até à *Terra Prometida* – terra de que mana leite e mel (Ex 13,5), o povo hebreu teria que passar, de entre outras, por uma série de provações de ordem alimentar, a que se chamava *Código da Pureza Ritual*, que no fundo formava um conjunto imperativo de leis que determinava a pureza dos indivíduos no caminho trilhado rumo à santidade. Ser santo implicava ser separado. Por isso, as leis dietéticas delimitavam o campo de acção daquele povo com vista a tal distinção, traduziam comportamentos de acordo com os desígnios do seu deus e segundo a fórmula por ele instituída, que era esta: "Sede santos, porque Eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo" (Lv 19,2).³

Como esta é a única normativa emanada dos livros sagrados, e como não encontram se neles outras explicações plausíveis para as proibições alimentares levíticas, certos autores, ao longo de mais de vinte séculos, têm-se esforçado por trazer até nós as verdadeiras razões para as rígidas leis dietéticas. Não é fácil escolher, desses estudiosos, as opiniões que mais se ajustem à realidade do povo de Israel, especialmente no que toca à matéria abrangida por todo o capítulo 11 do Levítico e o 14 do Deuteronómio, cujos conteúdos se ocupam em anunciar o nome dos animais proibidos na alimentação do povo judaico. Não obstante outras ilustres posições, iremos referir, especialmente, Mary Douglas⁴, antropóloga que dedicou parte da sua obra às questões alimentares levíticas. E, de acordo com o que escreveu na sua obra *Pureza e Perigo*, o desejo de

² C. Neves, 2008: 132.

³ A etimologia de *sanctus*.

⁴ M. Douglas, 1991.

santidade é incompatível com qualquer tipo de poluição, pelo que a casuaística alimentar proibidos no Levítico terão que ser interpretados segundo dois eixos: "ou bem que estas regras são desprovidas de significação e arbitrarias porque disciplinares e não doutrinarias; ou bem que se trata de alegorias das virtudes e dos vícios" (M. Douglas, 1991: 60).

Mary Douglas recorreu a autores que discutiam este aspecto, contribuindo para esclarecer a temática. Ao recorrer a Maimónides, homem religioso, filósofo e médico na Idade Média, começou por afirmar que as "prescrições religiosas não são, no conjunto, simbólicas" e que as "prescrições alimentares tinham uma sólida base fisiológica". A propósito da tese de que as determinações alimentares são mais morais e disciplinares do que simbólicas, esta autora, ao citar Epstein, refere o talmude babilónico para afirmar que estas leis têm um objectivo bem definido, a santidade. Em outro passo desse documento pode ler-se que "o verdadeiro fim é incitar os israelitas à autodisciplina, a primeira condição da santidade" (1991: 60). Por outro lado, e de acordo com o professor Stein, a influência helénica na cultura judaica, no período de Alexandre o Grande, permitia conjugar as interpretações médicas com as morais. Filon de Alexandria, filósofo judeu do século I defendia que Moisés interditava sobretudo os animais cuja carne se apresentasse com requinte de delicada gordura, como é o caso da carne de porco e dos peixes sem escama, pois, segundo ele, tais alimentos eram armadilhas para o sentido do gosto, o que levava ao excesso da gula. "Um mal perigoso para o corpo e para a alma, porque a gula provoca a indigestão, fonte de doença e de enfermidade" (1991: 61).

Todavia, outras correntes de pensamento têm produzido uma pluralidade de opiniões, havendo até quem julgue como irracionais as prescrições alimentares que vêm narradas no *Levítico*, classificando-as como vestígio primitivo de um passado distante. Porém, Douglas serve-se de Driver para expressar uma posição mais consensual. "Pode bem ser que uns animais tenham sido proibidos devido à sua aparência repulsiva ou aos seus hábitos imundos, outros por razões sanitárias; noutros casos, o motivo da interdição é certamente de ordem religiosa". No seguimento do pensamento de Douglas, a crítica acha que o que está por detrás de tudo isto são preocupações quanto à preservação da ordem (1991: 61-63).

Marvin Harris, antropólogo norte-americano, rejeita o facto de se atribuir a questões higiénico-sanitárias as ditas proibições, sustentando a sua posição ao afirmar que os porcos não são mais portadores de sujidade e de parasitas que as vacas ou os cães. Vai ainda mais longe, quando explica que o antraz (doença conhecida desde os tempos bíblicos), que pode afectar animais e humanos, se encontra nos animais bovinos, caprinos, ovinos e equídeos e não nos porcos. Ele é de opinião, ainda, que os bovinos podem ter ténia, e brucelose os carneiros

e as cabras. Como se sabe, esta doença constitui mais perigo para as pessoas do que a triquinose. Na realidade, o antraz poderá conduzir à morte, ao passo que, com a triquinose, raramente isso acontece.

No entanto, não estão proibidos pelo *Levítico* os animais portadores de antraz. Por tal razão, Harris defende que não são as motivações higiénicas que fundamentam as restrições do *Levítico*. De acordo, ainda, com este autor, os israelitas proibiam o consumo de carne de porco por uma questão de "estratégia ecológica saudável" (1974: 41). Isto porque os porcos são animais que não se adaptam à aridez do deserto, nem tão pouco adoptam vida de rebanho. Embora as condições ecológicas fossem desfavoráveis, se aquele povo quisesse criar uma pequena vara, Jawé não autorizaria, na medida em que desejava preservar o seu povo da gula, excesso a evitar e que crescia com o saborear suculenta carne de porco.

Voltemos novamente a Douglas e às suas interpretações. Esta pensadora baseia as suas posições no pressuposto de que as regras alimentares são alegorias de virtudes e vícios. Se Deus é o criador de todas as coisas e se quer para o Homem o melhor, por que havia de instituir regras tão severas, a ponto de nem autorizar sequer que se tocasse em certos animais? "É mais provável que estas leis sagradas tenham sido decretadas em nome da justiça, para acordar em nós pensamentos devotos e para formar o nosso carácter" (1991: 63). Ao citar o Professor Stein (1957) a propósito das interpretações de Fílon acerca das prescrições dietéticas podemos ler: "Os peixes com barbatanas e escamas, que são admitidos pela Lei, simbolizam a resistência e o autocontrolo, ao passo que os peixes interditos se deixam levar pela corrente, incapazes de resistir à força do rio. Os répteis que serpenteiam, arrastando-se pelo ventre, simbolizam as pessoas que se entregam à satisfação das suas paixões e dos seus desejos cúpidos. Ao contrário, os animais que rastejam, mas que têm patas para saltar são puros, pois simbolizam o sucesso que coroa o esforço moral" (M. Douglas, 1991: 64).

No estudo *Ao Sabor da Bíblia*, efectuado para dissertação de Mestrado, em 2010, e publicado em 2011, sintetizaram-se estas e outras opiniões⁵. Aí, começou por se afirmar que, para o povo judeu, a comensalidade se revestia de um enorme significado e solenidade religiosa. Aquele povo mantinha acesa a chama relacional, no centro da mesa do quotidiano e sobre a mesa do altar, encontrando-se ambas no mesmo patamar de importância. Sobre elas, somente se colocavam os alimentos que tornavam o Homem puro e o conduziam nos caminhos até Deus. Como a integridade do culto jogava um papel decisivo na religião da comunidade judaica, um qualquer dos seus membros estava impedido de se abeirar do altar ou da mesa da refeição, caso estivesse manchado pela impureza. Como já se disse, o que estaria em

⁵ L. Lavrador, 2011: 136-149.

causa eram os princípios teológicos da santidade, isto é: distinguir o puro do impuro, o santo do comum, que, no fundo, traduzia o princípio de separar e de ordenar. Afinal, distinguir significava reescrever a criação do mundo. Numa perspectiva mosaica, as leis de pureza ritual afinavam pelo princípio da ordem e da distinção, tal como Deus previu, ao criar o mundo. Aqui, e sobre esta realidade, assentaria, no modelo de totalidade e perfeição, o conceito de plenitude: atingi-la seria o não comer a carne de animais proibidos.

Quem mediava o escrupuloso cumprimento destas regras *santas*? Cabia aos sacerdotes a responsabilidade de distinguir o puro do impuro. Daí a importância destes e o papel decisivo que ocupavam no campo das leis de pureza ritual. De acordo com o texto bíblico, não foram esses homens de culto que criaram as distinções, mas assumiram a função de as discernir e transmitir ao seu povo, cumprindo, assim, um mandato do seu deus. No meio do seu povo, eles estavam primeiramente obrigados à santificação e a dar o exemplo, para que, à frente dos rituais por eles presididos, pudessem ajudar a fomentar também a moral.

Em cenário, o livro do *Levítico* construiu um conjunto de seis unidades de observância da Lei, todas relacionadas entre si:

- 1ª - Animais puros e impuros (Lv 11,1-59)
- 2ª - Impureza e purificação das parturientes (Lv12,1-8)
- 3ª - Enfermidades da pele (Lv 13,1-59)
- 4ª - Rituais de purificação para a cura da pele (Lv 14,1-32)
- 5ª - Contaminação e purificação das casas (Lv 14,33-57)
- 6ª - Contaminação por secreções corporais (Lv 15,1-33)

No início de cada uma destas unidades está escrito: "Esta é a lei..."

Na primeira unidade, encontramos nos animais a fonte da impureza, nas restantes, o Homem forma essa fonte. Nota-se neste domínio, a existência de uma abismal discrepância: por um lado a ideia de que certos animais são sempre impuros em si mesmos, ao passo que os homens só o são temporariamente.

Concentremo-nos na primeira observância mencionada: o livro do *Levítico*, em primeiro lugar, divide os animais em puros e impuros, comestíveis ou não, segundo três categorias: terrestres, aquáticos e aves, e insectos alados. Numa segunda divisão, menciona os animais abomináveis. A classificação dos animais nas três categorias, segundo o espaço onde se movem, evoca a ordem traçada pelo *Gênesis*. O mundo concebido segundo o modelo ordenado da Criação tornou-se, para o judaísmo, fundamental na interpretação da antropologia social, na medida em que, a ordem cultural e o sistema social reflectem a ordem cósmica.

Obviamente que teremos de justificar a origem destas classificações com os costumes aduzidos por uma anterior economia de pastoreio que se sedimentam hábitos que precederam o sistema sacerdotal de pureza, extensivo

a outros povos do Médio Oriente, os quais comiam apenas a carne dos animais que criavam. Somente os animais que viviam a condição doméstica se ofereciam a Deus, sendo esta, a fonte essencial da sua pureza.

Mesmo assim, tornava-se possível comer carnes não sacrificáveis, prática que colocava na mão dos sacerdotes a decisão sobre as que poderiam ser ou não comestíveis. Daqui resultou a compilação da lei que só permitia que se comessem os animais que morfologicamente fossem parecidos com os que se sacrificavam. Assim, os sacerdotes estabeleceram um sistema de classificação mais complexo, mas que os fiéis compreendiam facilmente. Aos altares conduziam-se as melhores rezes, as mais gordas e sem qualquer defeito. Neste aspecto, o hibridismo ou outras peculiaridades evidentes tornavam o animal impróprio para Deus, disciplina cultural que se transferia também para a mesa judaica. De tal maneira assim era, que os judeus consideravam esses animais impuros, logo, não se serviam deles nas suas refeições.

Além disso, havia outras duas proibições de carácter alimentar importantes: uma tinha que ver com a interdição de comer o sangue dos animais, a outra com a proibição de cozer cabrito no leite de sua mãe. Quanto à primeira, a razão principal pelo qual se não podia comer é sempre a mesma, como se pode confirmar em (Gn 4,10; Job 16,18; 2Mac 8,3):

"o sangue é a vida, não simplesmente a vida mortal, mas em algum sentido a essência espiritual da criatura, homem ou besta".

Relativamente à segunda, a questão é extremamente complexa. Julgamos tratar-se de uma reacção à conduta humana para com o incesto, isto é, cozinhar o filho no leite da mãe constituía uma transgressão que se posiciona ao nível incestuoso – crime severamente punido.

Como já se viu, não terão sido simplesmente questões de ordem dietética que estariam na base deste modo extremado de ver a alimentação, nem mesmo razões de ordem puramente religiosa. Na verdade, teremos de ponderar também a capacidade de estes preceitos poderem ajudar a unificar um povo diante de circunstâncias difíceis, ou motivar sentimentos de estranheza diante dos povos vizinhos. O povo judeu via, na observância rigorosa da Lei, o caminho certo para a sua transcendência divina, acreditando mesmo, que só os que permanecessem limpos estariam em condições de desfrutar do gozo do seu deus.

Mas, além disso, convém referir que as interdições alimentares também serviam como objecto de arremesso, em reacção para com os povos não judeus, a maioria rivais ou inimigos. A título de exemplo, a carne de porco, considerada sagrada para babilónios e gregos, e a base alimentar de boa parte do povo egípcio, abominava-se na mesa judaica.

A superstição seria outra razão apontada para justificar certos hábitos alimentares. Acreditava-se que os animais que escavassem o solo, (é o caso dos de raça porcina), estariam mais sujeitos a relacionarem-se com os espíritos malignos escondidos por debaixo da terra.

A presunção de supremacia, sustentada pelo povo judaico em relação ao seu Deus, em detrimento dos outros povos e nações, surgia-lhe por acção e força do seu Senhor, como se pode ler no livro do *Êxodo*: "Assim fala o Senhor: O meu filho primogénito é Israel" (Ex4,22). Estas palavras indiciam uma profunda intimidade de Jawé para com o seu povo. Este sentimento sobressai no povo de Israel e leva-o a superiorizar-se a qualquer outro povo, mesmo nas coisas mais banais da vida.

O autor do livro do *Levítico* teve, com certeza, a intenção de criar nos leitores a consciência sacerdotal própria do seu tempo e, simultaneamente, instituir um sentido de santidade que se potenciava no conceito de uma nação única, que não podia ser contaminada pelos gentios. E com isto não se quer dizer que o significado de "sereis santos" será "estareis à parte". O que na verdade Moisés pretendia era que o povo eleito guardasse na memória o mandato de Deus, tal como vem narrado no livro do *Deuteronomio*: "Gravai, pois, estas palavras no vosso coração e no vosso espírito; atai-as aos braços como um símbolo, trazei-as como filactérias entre os olhos..." (Dt11,18-20).

Com a transcrição de um excerto da obra *Pureza e Perigo* concluímos: "Se a interpretação proposta dos animais interditos estiver correcta, então as prescrições alimentares eram como sinais que a cada momento inspiravam a meditação na unicidade, na pureza e na plenitude de Deus. Estas regras de evitamento permitiam aos Homens exprimir materialmente a santidade em cada encontro com o reino animal e cada refeição. A observância das prescrições alimentares seria, assim, uma parte significativa do grande acto litúrgico que era o reconhecimento de Deus e a sua adoração, acto que culminava no sacrifício no Templo" (M. Douglas, 1991: 74).

BIBLIOGRAFIA

Bíblia Sagrada (2001), Lisboa/Fátima, 3ªed., Missionários Capuchinhos, Difusora Bíblica.

M. DOUGLAS (1991), *Pureza e Perigo*, Edições 70, Lisboa.

M. HARRIS (1974), “Pig lovers and pig haters”, in *Cows, pigs, wars and witches: the riddles of culture*, Randon House, New-York.

L. LAVRADOR (2011), *Ao Sabor da Bíblia*, Casino da F. da Foz.

C. das NEVES (2008), *O que é a Bíblia*, Casa das Letras, Lisboa.